



**REQUERIMENTO N°, DE 2011**  
(Da Sra. Luci Choinacki)

Proposta de Seminário: “Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010”

Senhor Presidente:

O Relatório Anual das Desigualdades Raciais; 2009-2010 foi organizado e publicado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mais especificamente por meio de uma equipe de pesquisadores do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESEN), vinculados à mesma Universidade.

Seu eixo foi a Constituição brasileira de 1988, especialmente seu Capítulo sobre a Seguridade Social, e sua contribuição para a redução das assimetrias de cor ou raça no Brasil desde então. Como tal, aquele estudo versou sobre o tripé básico que forma a Seguridade Social, qual seja, a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde.

A elaboração do Relatório foi toda feita com base nos indicadores sociais presentes nas fontes de dados oficiais, como, por exemplo, o IBGE, Ministério da Educação, Saúde e do Desenvolvimento Social. Neste sentido, aquele esforço articulou o novo marco constitucional brasileiro com as bases de dados estatísticas que vieram sendo produzidas desde então contendo a variável cor ou raça em seu interior. Com isso se conseguiu averiguar os efeitos da Carta Magna brasileira sobre as desigualdades entre os grupos de cor ou raça em nosso país.

O estudo foge das abordagens maniqueístas nos quais as questões são debatidas entre os extremos do “está tudo bem” ou “está tudo mal”. O Relatório é sóbrio em suas abordagens reconhecendo os avanços ocorridos desde os anos 1980, especialmente no que tange à universalização do ensino fundamental e o Programa Bolsa Família. Por outro lado, o Relatório igualmente reflete os diversos impasses que vêm impedindo que a intenção da Constituição em seu capítulo da Seguridade Social - “universalização da cobertura e do atendimento” – seja efetivamente cumprido.

A este respeito o Relatório procura analisar se aquelas lacunas abrigam diferenças levando-se em conta o critério da cor ou raça dos indivíduos. Ou, dito de outro modo, o estudo evidencia que são justamente os pretos e os pardos os mais afetados negativamente pelas lacunas verificados em termos da aplicação do princípio constitucional.

Deste modo, o Relatório é uma importante contribuição proveniente do ambiente universitário brasileiro para o debate sobre como a Seguridade Social dialoga com a perspectiva das políticas para a igualdade racial, as entendendo como partes intrinsecamente associadas.

Finalmente, nunca é demais lembrar que no Brasil contemporâneo, passados 113 anos após a Abolição da Escravatura, os pretos e os pardos seguem apresentando piores indicadores sociais, comparativamente aos brancos e aos amarelos. Assim, sua taxa de homicídios contra população do sexo masculino é mais do que o dobro. A taxa de mortalidade materna das mulheres pretas e pardas é cerca de 70% superior à taxa das mulheres brancas. Em média o rendimento médio de um trabalhador branco no Brasil é cerca de 90% superior ao de um trabalhador preto e pardo, sendo que se a comparação for feita entre um homem branco e uma mulher preta ou parda esta diferença sobe para quase 200%.

Todos estes aspectos justificam, enfim, que esta contribuição seja apreciada por esta egrégia Comissão, visando melhor compreensão da natureza do estudo e suas derivações em termos do incremento do formato das políticas públicas no Brasil.

### **Proposta de dinâmica de atividade**

A reunião especial ocorrerá na parte da tarde (das 13h às 18h) de uma terça-feira no mês de Setembro do corrente ano de 2011. A atividade será precedida por uma mesa de abertura onde serão realizadas as falas iniciais de boas-vindas das organizações da sociedade civil promotoras do evento, bem como por representantes desta Comissão.

A mesa de debates contará com a presença de um dos organizadores do Relatório, por representantes de organizações da sociedade civil, bem como de especialistas vinculados ao meio universitário e de pessoas de expressa e reconhecida presença no meio acadêmico brasileiro no tema da Seguridade Social.

Abaixo segue algumas propostas preliminares de nome para compor a atividade, devendo as mesmas serem confirmadas após determinação de data para realização da reunião da Comissão. Portanto, os nomes poderão estar sujeito a substituição dependendo da disponibilidade dos convidados em tela.

#### **Mesa de abertura**

Mesa de debates: Representantes do: INESC; ONU-Mulheres; SEPPIR, representação da Comissão de Seguridade Social e Família.

#### **Apresentação do Relatório**

Prof. Marcelo Paixão – Instituto de Economia – UFRJ; Coordenador LAESER

Participantes da mesa de debates (em ordem alfabética):

Átila Roque – INESC – Moderador

Representação da Comissão

Evilásio Salvador - UnB

Fernanda Lopes - UNFPA

Jurema Werneck - CRIOLA

Miriam Leitão – Jornalista

**Entidades proponentes da atividade**

INESC

ONU – Mulheres

LAESER – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SEPPIR

Luci Choinacki  
Deputada Federal

---

Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 306 | 70160-900 Brasília DF  
Tel (61) 3215-5306/3306 - Fax (61) 3215-2306 | dep.lucichoinacki@camara.gov.br